LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior Responsabilidade Limitada

CNPJ: 46.280.261/0001-03
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.
CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em
30 de novembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras **3**

Demonstrações das posições financeiras **7**

Demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas, à Administradora e Gestora do

LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior Responsabilidade Limitada

(Anteriormente denominado: LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior)

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior Responsabilidade Limitada ("Fundo"), administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Administradora"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de novembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior Responsabilidade Limitada em 30 de novembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização de ativos financeiros
Em 30 de novembro de 2025, o Fundo possuía 99,56% de seu patrimônio líquido representado por investimento em debêntures, para os quais não há preços cotados ou indexadores/parâmetros observáveis no mercado, sendo valorizados com base em modelo de precificação e premissas determinadas pela Administradora, que considera, entre outros aspectos, as políticas descritas na Nota Explicativa nº 5. Devido ao fato da determinação do valor justo desses ativos financeiros estar sujeita a um maior nível de incerteza, por envolver métodos, premissas, dados e julgamentos relevantes e do impacto que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do cálculo a valor justo, tais como: estrutura da operação, histórico de pagamentos acordados, bem como taxas e índices financeiros;
- avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, da adequação do cálculo do valor justo dos ativos financeiros, com base em preços, indexadores e demais premissas disponibilizadas pela Administradora; e
- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos investimentos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de novembro de 2025.

Responsabilidades da administração do Fundo pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE Responsabilidade Limitada

CNPJ nº 46.280.261/0001-03

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Demonstrações das posições financeiras em 30 de novembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	% sobre o Patrimônio Líquido	2024	% sobre o Patrimônio Líquido
Aplicações em cotas de fundos de investimento		**1.540**	**0,47%**	**4.720**	**0,38%**
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	**4**	1.540	0,47%	4.720	0,38%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros		**328.024**	**99,56%**	**1.226.622**	**99,62%**
Debêntures	**5.1**	328.024	99,56%	395.564	32,13%
Títulos de renda variável		**-**	**-**	**831.058**	**67,49%**
Ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado	**5.2**	-	**-**	831.058	67,49%
Despesas antecipadas		**18**	**0,01%**	**59**	**0,00%**
Despesas antecipadas		18	**0,01%**	59	**0,00%**
Total do ativo		**329.582**	**100,04%**	**1.231.401**	**100,01%**

Passivo	Nota	2025	% sobre o Patrimônio Líquido	2024	% sobre o Patrimônio Líquido
Credores diversos		**108**	**0,04%**	**109**	**0,01%**
Taxa de administração	**9**	30	0,01%	109	0,01%
Consultoria jurídica		24	0,01%	-	-
Custódia e auditoria		54	0,02%	-	-
Total do passivo		**108**	**0,04%**	**109**	**0,01%**
Patrimônio líquido					
Cotas integralizadas	**8**	1.232.620	374,12%	1.232.620	100,11%
Amortização		(1.416.529)	-429,94%	(478.401)	-38,85%
Lucros acumulados		513.383	155,82%	477.073	38,75%
Total do patrimônio líquido		**329.474**	**100,00%**	**1.231.292**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio líquido		**329.582**	**100,04%**	**1.231.401**	**100,01%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE Responsabilidade Limitada

CNPJ nº 46.280.261/0001-03

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)

Demonstrações dos resultados e do resultados abrangentes dos exercícios findos em 30 de novembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Resultado com operações compromissadas			
Notas do Tesouro Nacional		385	95
		385	**95**
Resultado com cotas de fundos de investimento			
Cotas de fundo de investimento de renda fixa	**4**	999	303
		999	**303**
Operações com derivativos			
Prejuízo com derivativos		-	(44)
		-	**(44)**
Renda com títulos e valores mobiliários			
Ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado	**5.2**	14.492	170.294
Ajuste positivo ao valor de mercado - Bonds		-	3.785
Ajuste a valor justo - Debêntures		21.787	240.940
		36.279	**415.019**
Outras receitas			
Variação cambial		-	378
		-	378
Despesas de taxa de administração			
Taxa de administração	**9/10**	(502)	(1.392)
		(502)	**(1.392)**
Despesas operacionais			
Consultoria jurídica	**10**	(69)	(941)
Consultoria e auditoria	**10**	(655)	(46)
Taxa de custódia	**10**	(63)	(168)
Taxa de fiscalização - CVM	**10**	(84)	(104)
Outras	**10**	-	(7)
		(851)	**(1.265)**
Resultado dos exercícios		**36.310**	**413.091**
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente dos exercícios		**36.310**	**413.091**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE Responsabilidade Limitada

CNPJ nº 46.280.261/0001-03

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 30 de novembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Em 30 de novembro de 2023		**940.154**	**-**	**63.982**	**1.004.136**
Cotas integralizadas	**8**	292.466	-	-	292.466
Amortização de cotas	**8**	-	(478.401)	-	(478.401)
Lucro líquido do exercício		-	-	413.091	413.091
Em 30 de novembro de 2024		**1.232.620**	**(478.401)**	**477.073**	**1.231.292**
Amortização de cotas	**8**	-	(938.128)	-	(938.128)
Lucro líquido do exercício		-	-	36.310	36.310
Em 30 de novembro de 2025		**1.232.620**	**(1.416.529)**	**513.383**	**329.474**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE Responsabilidade Limitada

CNPJ nº 46.280.261/0001-03

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)

Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto) dos exercícios findos em 30 de novembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Pagamento de taxa de administração	(582)	(1.378)
Pagamento de consultoria juridica	(44)	(528)
Pagamento de consultoria e auditoria	(602)	(482)
Pagamento de taxa de custódia	(43)	(168)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	(42)	(142)
Pagamento de outras despesas	-	(20)
Aplicações em debêntures	-	(203.066)
Resgates e recebimentos de debêntures	54.168	391.402
Resgates e recebimentos de bonds	-	3.785
Venda de ações de companhias sem negociação em bolsa de valores	845.550	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**898.405**	**189.403**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas integralizadas	-	292.466
Amortização de cotas	(902.969)	(478.401)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(902.969)**	**(185.935)**
Rendimentos com operações compromissadas (caixa e equivalentes de caixa)	**385**	**95**
Rendimentos com fundos de renda fixa (caixa e equivalentes de caixa)	**999**	**303**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3.180)**	**3.867**
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	**4.720**	**853**
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício	**1.540**	**4.720**
Reconciliação do resultado do exercício com o caixa líquido das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**36.310**	**413.091**
Resultado com cotas de fundos de investimento	(999)	(303)
Rendimentos com operações compromissadas	(385)	(95)
Resultado com debêntures	(21.787)	(240.940)
Ajuste positivo ao valor de mercado - Bonds	-	(3.785)
Variação Cambial	-	(378)
Aplicações em debêntures	-	(203.066)
Resgates e recebimentos de debêntures	54.168	391.402
Resgates e recebimentos de bonds	-	3.785
Venda de ações de companhias sem negociação em bolsa de valores	845.550	-
Ajuste ao valor justo de resultado de ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado	(14.492)	(170.294)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	44
Variações patrimoniais		
Variações de contas passivas relacionadas com despesas	40	(58)
Caixa líquido das atividades operacionais	**898.405**	**189.403**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE Responsabilidade Limitada
CNPJ nº 46.280.261/0001-03
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de novembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE Responsabilidade Limitada ("Fundo"), possui uma classe única de cotas, denominada Classe Única de Cotas do LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE Responsabilidade Limitada ("Classe"). A Classe foi constituída em 22 de junho de 2022, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 28 de outubro de 2022. O prazo de duração da Classe é determinado encerrando-se em 8 (oito) anos contados da data de encerramento da primeira emissão.

A gestão da carteira da Classe é realizada pela Lumina Capital Management Ltda. ("Gestor" ou "Gestora") e a administração pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("Administradora").

O objetivo preponderante da Classe é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas, nos médio e longo prazos, por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido em investimentos nos Ativos Alvo de emissão de Sociedades Alvo, renda ou ambos. O objetivo da Classe, bem como seus resultados passados, não representa, sob qualquer hipótese, garantia, promessa ou sugestão da Classe, do Fundo ou de seus Prestadores de Serviços Essenciais quanto à segurança, rentabilidade e liquidez aos Cotistas.

As aplicações feitas na Classe, tendo em vista o segmento de atuação, sujeitam-se aos riscos inerentes à concentração da carteira resultantes de suas aplicações, à natureza dos negócios e aos resultados das empresas em que serão feitos os investimentos, não sendo o administrador e nem o gestor os responsáveis por eventual depreciação dos ativos que compõe a carteira da Classe.

A Classe é destinada exclusivamente a Investidores Profissionais.

As aplicações realizadas na Classe não contam com garantia da Administradora, do custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos - ("FGC").

Em atendimento ao artigo 4º da Instrução CVM nº 579/16, a Administradora concluiu que a Classe está classificada como entidade de investimento considerando que:

i. A Classe obtém recursos de cotistas com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento. O Gestor possui plena discricionariedade na representação e tomada de decisão junto às entidades investidas, conforme regulamento da Classe, onde caberá à Gestora realizar a gestão profissional dos ativos integrantes da carteira da Classe, com poderes para:

    a. negociar e contratar, em nome da Classe, os referidos ativos e os intermediários para realizar tais operações;

    b. negociar e contratar, em nome da Classe, terceiros para a prestação de serviços de assessoria e consultoria relacionados diretamente com o investimento ou o desinvestimento nos ativos de emissão das companhias alvo; e

c. monitorar os ativos investidos pela Classe e exercer o direito de voto decorrente desses ativos, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício, inclusive comparecer e votar em assembleias gerais e especiais de acordo com as orientações do comitê de investimento, podendo, ainda, no exercício de suas funções, adquirir e alienar títulos e valores mobiliários, nos termos do regulamento da Classe e praticar todos os atos necessários à gestão da carteira da Classe;

ii. A Classe assume o compromisso de investir os recursos unicamente com o propósito de apreciação do capital investido;

iii. A Classe avalia seus investimentos anualmente a valor justo, podendo a avaliação ser realizada pelo Gestor e validada pela Administradora ou por terceiro independente contratado pela Administradora ou Gestor, em nome do Fundo, para confecção de laudo de avaliação;

iv. A Classe prevê em seu regulamento estratégias objetivas e claras para o seu desinvestimento;

v. A Classe é substancialmente mensurada e avaliada quanto ao desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo;

vi. A Classe possui mais de um investimento e mais de um cotista, de forma direta ou indiretamente;

vii. Os cotistas da Classe não influenciam, não participam da administração e/ou possuem qualquer relação societária, direta ou indiretamente, com as companhias investidas.

A Classe atendendo às definições estipuladas pela ICVM nº 579/16 está qualificado como entidade de investimento, possui investimentos em Ativos Elegíveis e elabora exclusivamente suas demonstrações financeiras individuais, sem a necessidade de consolidar seus investimentos, uma vez que os investimentos estão apresentados ao seu valor justo em 30 de novembro de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em participações que foram definidas pelo Anexo Normativo IV da Resolução nº 175, de 23 de dezembro de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e ICVM nº 579/16.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira da Classe. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional da Classe é o Real, a mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras.

Aprovação das demonstrações financeiras

Em 29 de abril de 2026, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administradora do Fundo.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Fluxo de caixa

A Administradora aprovou, para as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de novembro de 2025, a adoção do método direto para a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC"), em substituição ao método indireto utilizado no período anterior.

A alteração decorre de decisão da Administradora com o objetivo de padronizar o modelo de apresentação da DFC em suas práticas contábeis e operacionais e alinhar a estrutura da demonstração aos processos internos de acompanhamento dos fluxos financeiros dos fundos sob administração, bem como visando facilitar a compreensão da dinâmica financeira do Fundo pelos usuários das demonstrações financeiras, por meio da apresentação mais direta das principais classes de recebimentos e pagamentos de caixa.

Essa mudança refere-se exclusivamente à forma de apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e não implica alteração nos critérios de reconhecimento, mensuração ou classificação contábil das transações, tampouco produz impacto sobre o resultado do exercício, o patrimônio líquido ou o montante total dos fluxos de caixa do Fundo.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por saldo em aplicações em operações compromissadas e aplicações em títulos públicos de curto prazo e alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

d) Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

e) Debêntures

Os investimentos do Fundo em debêntures são mensurados a valor justo, conforme requerido pela regulamentação aplicável aos Fundos de Investimento em Participações e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis vigentes.

Considerando a ausência de mercado ativo para tais instrumentos e a natureza privada e ilíquida das operações, o valor justo é determinado por meio de metodologia de marcação a modelo (*mark-to-model*), baseada na atualização do valor econômico do instrumento ao longo de sua vigência.

f) Títulos de renda variável

Ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado

De acordo com o Regulamento do Fundo e com a Instrução nº 579/16 da CVM, as ações de Companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado investidas por fundos qualificados como entidade de investimento são registradas pelo seu valor justo.

A avaliação do valor justo das ações de Companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado pode ser realizada pela Gestora e validada pela Administradora ou por terceiro independente contratado, pela Administradora, em nome do Fundo, para confecção de laudo de avaliação. O valor justo dessas ações irá refletir as condições de mercado no momento de sua mensuração, entendido como a data de apresentação das demonstrações financeiras do Fundo.

g) Obrigações

As obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

h) Julgamentos e estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que sejam utilizados premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como avaliação dos investimentos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. Aplicações financeiras de liquidez

Em 30 de novembro de 2025 e 2024, a Classe possuía aplicações em cotas de fundos de investimento em renda fixa, conforme abaixo:

		2025		2024	
Fundo	**CNPJ**	**Quantidade de Cotas**	**Valor Contábil**	**Quantidade de Cotas**	**Valor Contábil**
BTG Pactual Tesouro Selic Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	09.215.250/0001-13	300.959,0246	1.540	1.049.491,2866	4.720
Total			**1.540**		**4.720**

No exercício findo em 30 de novembro de 2025, foi apurado um resultado de R$ 999 (2024 - R$ 303) com cotas de fundos de investimento em renda fixa, apresentado na demonstração dos resultados e dos resultados abrangentes na linha “Resultado com cotas de fundos de investimento - Cotas de fundo de investimento de renda fixa”.

Seguem as informações sobre o fundo de investimento em renda fixa que compõe a carteira da Classe:

BTG Pactual Tesouro Selic Fundo de Investimento Renda Referenciado DI

O BTG Pactual Tesouro Selic Fundo de Investimento Renda Referenciado DI (“Tesouro Selic”) foi constituído em 14 de fevereiro de 2008, sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, tendo iniciado suas operações na mesma data. A gestão da carteira é realizada pelo BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM e a administração pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

O Tesouro Selic tem como objetivo proporcionar aos quotistas uma rentabilidade que acompanhe a variação da taxa de juros no mercado interbancário (mensurada pela variação do Depósito Interbancário) com alto grau de correlação; utilizando-se dos instrumentos disponíveis tanto no mercado à vista quanto no mercado de derivativos, de acordo com as restrições previstas na legislação vigente.

Destina-se a receber aplicações de pessoas físicas e/ou jurídicas em geral, bem como de fundos de investimento que busquem performance diferenciada as taxas de juros do mercado interbancário.

As demonstrações financeiras do Tesouro Selic relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 21 de março de 2026, sem modificações.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

Debêntures conversíveis

Os investimentos em debêntures de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado estão representados da seguinte forma:

Movimentação na quantidade de debêntures

Companhia	2024	Aquisições	Vendas / Liquidação antecipada	Conversão de debêntures	2025
Virtual People Informatica S.A.	77.846.925	-	-	-	77.846.925
Total	**77.846.925**	**-**	**-**	**-**	**77.846.925**

Companhia	2023	Aquisições	Vendas / Liquidação antecipada	Conversão de debêntures	2024
Virtual People Informatica S.A.	77.846.925	-	-	-	77.846.925
Total	**77.846.925**	**-**	**-**	**-**	**77.846.925**

Movimentação no valor contábil das debêntures

Companhia	2024	Aquisições	Juros / Liquidação antecipada	Conversão de debêntures	Atualização	2025
Virtual People Informatica S.A.	109.413	-	-	-	(66)	109.437
Total	**109.413**	**-**	**-**	**-**	**(66)**	**109.347**

Companhia	2023	Aquisições	Juros / Liquidação antecipada	Conversão de debêntures	Atualização	2024
Virtual People Informatica S.A.	80.949	-	-	-	28.464	109.413
Total	**80.949**	**-**	**-**	**-**	**28.464**	**109.413**

Seguem informações sobre as debêntures de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado que compõem a carteira de investimentos:

A Virtual People Informática S.A. ("Virtual People")

A Virtual People Informática S.A. é uma sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, n° 771, 5° e 10° andares, bairro Cerqueira Cesar, CEP 01419-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n° 10.841.426/0001-21. Tem por objeto social, nos termos do art. 2° do seu Estatuto Social. vigente, as seguintes atividades: (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior; (ii) o processamento de dados; (iii) o desenvolvimento de software, telecomunicações, manutenção e suporte de software; (iv) a alocação de recursos de tecnologia da informação e desenvolvimento de sistemas de software, assim como design, instalação e treinamentos e serviços de informática; e (v) o licenciamento de software.

Em Instrumento Particular de Escritura da 1a emissão de debêntures conversíveis em ações da Virtual People Informática S.A., da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para colocação privada, da Virtual People Informática S.A., de 3 de dezembro de 2022, o Fundo subscreveu o total de R$ 76.290, representativos de 77.846.925 debêntures da Virtual People Informática S.A, com as seguintes características:

- **Número de emissão:** 1ª emissão;
- **Valor da emissão:** R$ 77.847;
- **Valor unitário:** R$ 1,00;
- **Forma e espécie:** nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados da espécie com garantia real;
- **Prazo e data de vencimento das debêntures:** 4 anos contados da data de integralização;
- **Remuneração:** sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão conforme o período, juros remuneratórios pré-fixados correspondentes aos percentuais anuais indicados na tabela abaixo, em regime de capitalização semestral até a primeira data de pagamento a contar da data de integralização e capitalizados na primeira data de pagamento, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias corridos.

Período	Juros Remuneratórios
Data de integralização até o mesmo dia do 24º mês contado da data de integralização	10,50% (dez inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano
24º mês contado da data de integralização até o mesmo dia do 36º mês contado da data de integralização	11,50% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano
36ºmês contado da data de integralização até a data de vencimento	12,50% (doze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano

- **Encargos moratórios:** caso a emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias a que o debenturista faça jus nas datas em que tais pagamentos forem devidos, tais valores devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente, inclusive capitalização composta, e ficarão sujeitos, ainda, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês; e (iii) correção monetária por 100% (cem por cento) da variação positiva da Taxa DI. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da respectiva obrigação até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- **Conversibilidade das debêntures:** as debêntures poderão ser parcialmente ou integralmente convertidas em ações de emissão da emissora, única e exclusivamente na ocorrência de um inadimplemento de qualquer das obrigações de amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures, pagamento de juros remuneratórios, pagamento do prêmio de evento de liquidez ou do prêmio de não ocorrência de evento de liquidez ou do prêmio de vencimento antecipado, conforme aplicável, não remediado dentro do prazo de 30 (trinta) dias do respectivo vencimento.

Debêntures não conversíveis

30/11/2025							
Emissor	**Ativo**	**Data de emissão**	**Data de vencimento**	**Indexador e taxa de juros**	**Quantidade**	**Valor**	**% PL**
Opea Securitizadora S.A.	RBRA36	20/12/2023	20/12/2027	Pré-Fixado 19,8095%	19.651	27.407	8,32%
Kora Saúde Participações S.A	KRSA12	30/10/2024	30/10/2030	DI + 2,8000%	193.701	191.181	58,03%
					213.352	**218.588**	**66,34%**

30/11/2024							
Emissor	**Ativo**	**Data de emissão**	**Data de vencimento**	**Indexador e taxa de juros**	**Quantidade**	**Valor**	**% PL**
Elfa Medicamentos S.A.	ELFA12	13/04/2022	13/12/2031	DI + 3,4000%	80.879	59.101	4,80%
Kora Saúde Participações S.A	KRSA11	03/05/2022	03/05/2027	DI + 1,9500%	33.059	30.488	2,48%
Hospital Anchieta S.A.	HSPA12	15/09/2022	30/10/2030	DI + 2,8000%	158.474	145.760	11,84%
Opea Securitizadora S.A.	RBRA36	20/12/2023	20/12/2027	Pré-Fixado 19,8095%	45.900	50.802	4,13%
					318.312	**286.151**	**23,24%**

Movimentação das debêntures

As movimentações das debêntures no período findo em 30 de novembro de 2025, estão apresentada conforme abaixo:

Saldo em 30 de novembro de 2023	342.617
Aplicações em debêntures	203.066
Resgates e recebimentos de debêntures	(391.058)
Juros e amortizações de debêntures	-
Resultado com debêntures	240.940
Saldo em 30 de novembro de 2024	**395.564**
Aplicações em debêntures	-
Resgates e recebimentos de debêntures	(89.327)
Juros e amortizações de debêntures	-
Resultado com debêntures	21.787
Saldo em 30 de novembro de 2025	**328.024**

Todos os instrumentos investidos pela Classe se referem a emissões públicas e com informações disponíveis na Anbima através do endereço data.anbima.com.br/debentures.

O resgate e recebimento de debêntures no valor de R$ 89.327, ocorreu mediante do recebimento em caixa no valor de R$ 51.168 e da amortização da subclasse I no valor de R$ 35.159.

Seguem informações sobre as debêntures de companhias que compõem a carteira da Classe:

Opea Securitizadora S.A.

A Opea Securitizadora S.A., (“Opea”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Europa. A Companhia tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) sob o código RBRA36.
A Companhia tem como principal atividade a aquisição de créditos imobiliários, títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e em direitos do agronegócio.

Em 15 de julho de 2020, houve a cisão parcial da Companhia e em 09 de abril de 2021 a Opea Capital S.A. (antiga Yawara Brasil S.A.), sociedade do Grupo Jaguar Growth Partners, adquiriu a totalidade das ações de emissão da RB Capital Companhia de Securitização que era de titularidade da RB Capital S.A., e passou chamar-se Opea Securitizadora S.A. a partir de 07 de setembro de 2021, tornando-se a única acionista e controladora da Companhia.

Na data de 31 de dezembro de 2022, houve a incorporação reversa da Opea Capital na sua totalidade e sendo a antiga controladora, as ações que eram de direito da Opea Capital foram redistribuídas para seus acionistas na mesma proporção de participação societária que a incorporada tinha posse sob a Companhia.

Kora Saúde Participações S.A.

A Kora Saúde Participações S.A., ("Kora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Desembargador Santos Neves, Nº 207, Vitória – Espírito Santo. A Companhia tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) sob o código KRSA3.

A Kora e suas controladas e coligadas possui atuação em: (a) participação em outras sociedades não financeiras como sócia, quotista ou acionista; e (b) prestação de serviços hospitalares, tais como: atividades de atendimento hospitalar; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; atividades de atendimento a urgências e emergências; atividade de clínica médica (clínicas, consultórios e ambulatórios); outras atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; serviços de banco de leite materno; serviços de remoções; outras atividades relacionadas com atenção à saúde; planos de saúde; aluguel de imóveis; atividade de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio; atividade de limpeza não especificada anteriormente; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente; serviços de bancos de células e tecidos humanos; UTI móvel; outras atividades de atenção ambulatorial; serviços de tomografia; serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; serviços de quimioterapia; atividades de enfermagem; atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral; laboratórios clínicos; atividades de fisioterapia; serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; serviços de ressonância magnética; serviços de radioterapia e hemodinâmica.

Mensuração ao valor justo

Os investimentos do Fundo em debêntures são mensurados a valor justo, conforme requerido pela regulamentação aplicável aos Fundos de Investimento em Participações e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis vigentes.

Considerando a ausência de mercado ativo para tais instrumentos e a natureza privada e ilíquida das operações, o valor justo é determinado por meio de metodologia de marcação a modelo (*mark-to-model*), baseada na atualização do valor econômico do instrumento ao longo de sua vigência.

A metodologia considera, conforme aplicável:

(i) o valor principal originalmente investido;
(ii) a remuneração contratual pactuada, incluindo indexadores, juros e spreads aplicáveis;

(iii) a apropriação de descontos ou prêmios econômicos existentes na originação da operação; e
(iv) os recebimentos de principal, juros e amortizações ocorridos até a data de mensuração.

A adequação da metodologia e das premissas utilizadas é reavaliada periodicamente, incluindo a análise de alterações relevantes no risco de crédito do emissor, nas condições de mercado, na liquidez do instrumento e em demais fatores que possam impactar a taxa de retorno requerida por participantes de mercado, sendo efetuados ajustes na mensuração quando aplicável.

5.1. Título de renda variável

Ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado

Os investimentos em ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado estão representados da seguinte forma:

Movimentação na quantidade de ações

	2024	% de Participação	Compra de ações / eventos societários	Venda de ações / eventos societários	2025	% de Participação
Companhia						
San Pelegrino Participações S.A.	622.323	43,97%	-	(622.323)	-	-

	2023	% de Participação	Compra de ações / eventos societários	Venda de ações / eventos societários	2024	% de Participação
Companhia						
San Pelegrino Participações S.A.	-	-	622.323	-	622.323	43,97%

Movimentação no valor contábil das ações

	2024	Compra de ações / eventos societários	Venda de ações / eventos societários	Conversão de AFAC	Ajuste ao valor justo	2025
Companhia						
San Pelegrino Participações S.A.	831.058	-	(845.550)	-	14.492	-
Total	**831.058**	**-**	**(845.550)**	**-**	**14.492**	**-**

	2024	Compra de ações / eventos societários	Venda de ações / eventos societários	Conversão de AFAC	Ajuste ao valor justo	2024
Companhia						
San Pelegrino Participações S.A.	660.764	-	-	-	170.294	831.058
Total	**660.764**	**-**	**-**	**-**	**170.294**	**831.058**

Seguem informações sobre as ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado que compõem a carteira de investimentos:

San Pelegrino Participações S.A.

A San Pelegrino Participações S.A. é uma sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 50.364.954/0001-51, e na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35300613619, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., n° 758, Conj. 31, CEP 04542-000. Tem por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista.

Em Acordo de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 7 de julho de 2023, o Fundo firmou compromisso de investimento em:

Ações preferenciais Classe A: subscrever a totalidade das 186.000.000 (cento e oitenta e seis milhões) ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, com as características previstas em seu estatuto social, pelo preço de emissão total de R$186.000 ("Investimento Tranche 1").

Ações referenciais Classe B: subscrever a totalidade das 300.323.000 (trezentas milhões, trezentas e vinte e três mil) ações preferenciais Classe B, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, com as características previstas em seu estatuto social, pelo preço de emissão total de R$ 300.323 ("Investimento Tranche 2").

Ações preferenciais Classe C: subscrever a totalidade das 136.000.000 (cento e trinta e seis milhões) ações preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, com as características previstas em seu estatuto social, pelo preço de emissão total de R$136.000 ("Investimento Tranche 3").

No exercício findo em 30 de novembro de 2023, o Fundo subscreveu o total de 622.323.000 ações de emissão da San Pelegrino pelo montante de R$ 622.234.

No Acordo de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 7 de julho de 2023, adicionalmente, o Fundo recebeu a opção de venda das ações preferenciais Classe A, B e C da Companhia, condicionado ao descumprimento de obrigações assumidas pela contraparte da opção de venda. A contraparte possui obrigação de integralizar ações ordinárias na Companhia em até dois anos, de modo a providenciar capital para resgate das ações preferenciais atualizadas a uma taxa de CDI+10% a.a.

Em 18 de dezembro de 2024, o Fundo liquidou a sua participação na companhia pelo montante de R$ 845.550.

6. Riscos

A carteira da Classe está sujeita às flutuações de preços e/ou cotações do mercado, conforme o caso, aos riscos de crédito e liquidez e às variações de preços e cotações inerentes aos seus Ativos Financeiros, o que pode acarretar perda patrimonial à Classe e aos Cotistas. A carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, aos riscos descritos no Regulamento. Antes de adquirir Cotas, o investidor deve ler cuidadosamente o referido regulamento. Os métodos utilizados para o gerenciamento dos riscos a que a Classe se encontra sujeita não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pela Classe.

Risco de Mercado:

i) **Fatores macroeconômicos relevantes:** variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira da Classe, bem como resultar na inabilidade ou impossibilidade de alienação dos Ativos Alvo da Classe e/ou redução nos dividendos distribuídos a Classe, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de suas aplicações. Não será devido pela Classe ou por qualquer Pessoa, incluindo o Administrador e o Gestor, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por qualquer razão, a inabilidade ou impossibilidade de alienação dos Ativos Alvo da Classe e/ou redução nos dividendos distribuídos a Classe ou, ainda, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos. A Classe desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo governo federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar a Classe, as Sociedades Alvo e os Cotistas de forma negativa. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados da Classe. Além disso, o mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Cotas, o que poderá prejudicar

de forma negativa as atividades das Sociedades Alvo e, por conseguinte, os resultados da Classe e a rentabilidade dos Cotistas.

Outros Riscos:

i) **Risco de alteração da legislação aplicável à Classe e/ou aos Cotistas:** a legislação aplicável a Classe, aos Cotistas e aos investimentos efetuados pela Classe, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais e leis que regulamentam investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimento no Brasil, está sujeita a alterações. Ainda, poderá ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores no mercado brasileiro, bem como moratórias e alterações das políticas monetária e cambiais. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas da Classe, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas. Ademais, a aplicação de leis vigentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados da Classe.

ii) **Riscos de alterações na legislação tributária:** alterações na legislação tributária ou na sua interpretação e aplicação podem implicar o aumento da carga tributária incidente sobre o investimento nas Cotas da Classe. Essas alterações incluem (i) a eventual extinção dos benefícios fiscais estabelecidos aplicáveis aos investimentos nas Cotas, na forma da legislação em vigor, (ii) possíveis modificações na alíquota e/ou na base de cálculo dos tributos existentes, (iii) a criação de novos tributos, (iv) bem como mudanças na interpretação ou aplicação da legislação tributária em vigor por parte dos tribunais ou das autoridades governamentais. Os efeitos dessas medidas não podem ser previstos, mas poderão sujeitar as Sociedades Alvo, os Ativos Financeiros, a Classe e/ou os Cotistas a recolhimentos não previstos inicialmente.

iii) **Padrões das demonstrações contábeis**: as demonstrações financeiras da Classe serão elaboradas em consonância com os padrões contábeis vigentes no Brasil, enquanto eventuais Cotistas não–residentes no Brasil deverão, eventualmente, preparar suas respectivas demonstrações financeiras de acordo com os padrões contábeis vigentes em suas respectivas jurisdições. Dessa forma, o padrão das informações financeiras da Classe poderá divergir, de maneira significativa ou não das informações financeiras a serem elaboradas por tais Cotistas não–residentes.

iv) **Morosidade da justiça brasileira**: o Fundo, a Classe e as Sociedades Alvo poderão ser partes em demandas judiciais, tanto no polo ativo como no polo passivo. Em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá não ser alcançada em tempo razoável. Ademais, não há garantia de que o Fundo, a Classe e/ou as Sociedades Alvo obterão resultados favoráveis nas demandas judiciais. Tais fatos poderão afetar de forma adversa o desenvolvimento dos negócios das Sociedades Alvo e, consequentemente, os resultados da Classe e a rentabilidade dos Cotistas.

v) **Arbitragem:** o Regulamento do Fundo prevê a arbitragem como meio de solução de disputas. O envolvimento da Classe em um eventual procedimento arbitral pode gerar impactos significativos ao Patrimônio Líquido da Classe, implicando em custos que podem impactar o resultado da Classe. Adicionalmente, o custo de uma arbitragem pode ser comparativamente maior do que o custo relacionado a um processo judicial. No mesmo sentido, uma Sociedade

Alvo em que a Classe invista pode ter seu resultado impactado por um procedimento arbitral, consequentemente podendo afetar os resultados da Classe.

Riscos relacionados à Classe:

i. **Risco de cancelamento da Primeira Emissão ou de colocação parcial das Cotas da primeira emissão da Classe**: na eventualidade de o montante mínimo da Primeira Emissão não ser colocado, a Primeira Emissão será cancelada, sendo todas as intenções de investimento automaticamente canceladas e a Classe. Na eventualidade de o montante mínimo da Primeira Emissão ser colocado no âmbito da Primeira Emissão, a Primeira Emissão poderá ser encerrada e eventual saldo de Cotas não colocado será cancelado pelo Administrador.

ii. **Possibilidade de reinvestimento:** os recursos obtidos pela Classe em decorrência de desinvestimentos poderão ser reinvestidos em Ativos Alvo de Sociedades Alvo a critério do Gestor, nos termos do Anexo I. Nesse sentido, as características da Classe limitam a liquidez do investimento pelos Cotistas, uma vez que: (i) a Classe poderá reinvestir os recursos recebidos em decorrência de desinvestimentos, deixando, assim, de amortizar as Cotas e distribuir rendimentos aos Cotistas; e (ii) as Cotas serão resgatadas apenas na hipótese de liquidação da Classe, observados os termos e condições do Regulamento.

iii. **Risco de não realização de investimentos**: não há garantias de que os investimentos pretendidos pela Classe estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua Política de Investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo em não realização destes. Neste caso, eventual aporte feito pelo Cotista será devolvido, podendo assim perder oportunidades de investimento e/ou não receber o retorno esperado.

iv. **Risco de concentração da carteira da Classe:** a carteira da Classe poderá estar concentrada em Ativos Alvo de emissão de uma única Sociedade Alvo, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à solvência da Sociedade Alvo. A eventual concentração de investimentos em determinada Sociedade Alvo ou em Ativos Financeiros emitidos por uma mesma entidade pode aumentar a exposição da Classe e consequentemente, aumentar os riscos de crédito e liquidez.

v. **Propriedade de Cotas versus propriedade de Ativos Alvo e Ativos Financeiros:** a propriedade das Cotas não confere aos seus titulares a propriedade direta sobre os Ativos Alvo ou sobre fração ideal específica dos Ativos Alvo. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.

vi. **Inexistência de garantia de eliminação de riscos:** a realização de investimentos na Classe sujeita o investidor a riscos aos quais a Classe e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas na Classe. Não há qualquer garantia de eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para os Cotistas. A Classe não conta com garantia do Administrador, do Gestor, de suas respectivas afiliadas, e de quaisquer

terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito.

vii. **Risco de Governança:** caso a Classe venha a emitir novas Cotas, seja mediante deliberação em Assembleia de Cotistas e/ou por ato unilateral do Administrador, a proporção da participação então detida pelos Cotistas na Classe poderá ser alterada de modo que os novos Cotistas podem modificar a relação de poderes para aprovação de alterações a este Regulamento e demais matérias de competência da Assembleia de Cotistas.

viii. **Desempenho passado:** ao analisar quaisquer informações fornecidas em qualquer material de divulgação da Classe que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos em que o Administrador e/ou o Gestor tenham de qualquer forma participado, os potenciais Cotistas devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pela Classe.

ix. **Inexistência de garantia de rentabilidade:** a Classe não possui garantia de rentabilidade mínima aos Cotistas, seja pelo Administrador, pelo Gestor, pelo FGC ou qualquer outra garantia. Caso os rendimentos decorrentes dos Ativos Alvo emitidos pelas Sociedades Alvo não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade dos Cotistas será inferior a qualquer meta eventualmente indicada pelo Gestor. Assim, não há garantias de retorno efetivo do investimento nas Cotas da Classe.

x. **Risco decorrente de operações nos mercados de derivativos:** a utilização de instrumentos de derivativos pela Classe pode aumentar a volatilidade da Classe, limitar as possibilidades de retorno nas suas operações, não produzir os efeitos desejados e/ou provocar significativas perdas patrimoniais a Classe e aos Cotistas.

xi. **Possibilidade de endividamento pela Classe:** a Classe poderá contrair ou efetuar empréstimos na forma deste Regulamento, de modo que o Patrimônio Líquido da Classe poderá ser afetado em decorrência da obtenção de tais empréstimos.

xii. **Demais Riscos**: A Classe também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao seu controle, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, se materializados, poderão acarretar perdas a Classe e aos Cotistas.

Risco relacionados às Sociedades Alvo

i) **Riscos relacionados às Sociedades Alvo:** a carteira da Classe estará concentrada em Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo. Não há garantias de: (i) bom desempenho de quaisquer das Sociedades Alvo; (ii) solvência das Sociedades Alvo; (iii) continuidade das atividades das Sociedades Alvo; (iv) liquidez para a alienação dos Ativos Alvo das Sociedades Alvo; e (v) valor esperado na alienação dos Ativos Alvo das Sociedades Alvo. Tais riscos, se materializados,

podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira da Classe e o valor das Cotas. Os pagamentos relativos aos títulos e/ou Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Sociedade Alvo, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, a Classe e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Não há garantia quanto ao desempenho do segmento econômico de atuação de cada Sociedade Alvo e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Sociedades Alvo acompanhe pari passu o desempenho médio de seu respectivo segmento. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Sociedades Alvo acompanhe o desempenho das demais empresas de seu respectivo segmento, não há garantia de que a Classe e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Em função de diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos de que pode vir a depender a Classe no desempenho de suas operações, não há garantias de que a Classe conseguirá exercer todos os seus direitos de sócio das Sociedades Alvo, ou como adquirente ou alienante de Ativos Alvo de emissão de tais Sociedades Alvo, nem de que, caso a Classe consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais e/ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a rentabilidade da carteira da Classe. Os investimentos da Classe poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas neste Regulamento, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para a Classe quanto (a) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Sociedade Alvo e (b) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira da Classe e as Cotas.

ii) **Risco de responsabilização por passivos da Sociedade Alvo:** nos termos da regulamentação, a Classe deverá participar do processo de tomada de decisões estratégicas das Sociedades Alvo. Tal participação, em razão da responsabilidade a ela inerente, pode sujeitar a Classe a reivindicações a que ele não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso uma Sociedade Alvo tenha sua falência decretada ou sua personalidade jurídica desconsiderada, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos poderá ser atribuída a Classe, resultando em prejuízo aos Cotistas. Além disso, há casos em que o Poder Judiciário, notadamente a Justiça do Trabalho, atribui aos acionistas a responsabilidade por passivos de uma companhia independentemente da caracterização dos requisitos necessários para tanto, conforme estabelecidos na legislação brasileira, e independentemente da participação de cada acionista no capital social e/ou na administração da companhia. Em tais hipóteses, não há garantia de que a Classe terá êxito na defesa de seus interesses, podendo haver prejuízos para a Classe e seus Cotistas.

iii) **Riscos relacionados a reclamação de terceiros:** no âmbito de suas atividades, as Sociedades Alvo e, eventualmente, a própria Classe poderão responder a processos administrativos ou judiciais movidos por terceiros, o que poderá impactar negativamente a rentabilidade das Cotas da Classe.

iv) **Risco de diluição:** caso a Classe venha a ser acionista de qualquer Sociedade Alvo, a Classe poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas Sociedades Alvo. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital das Sociedades Alvo no futuro e a Classe não participe de tais aumentos de capital por qualquer razão, a Classe poderá ter sua participação no capital das Sociedades Alvo diluída.

v) **Risco de aprovações**: investimentos da Classe em Sociedades Alvo poderão estar sujeitos à aprovação por parte de autoridades regulatórias aplicáveis. Não há garantia de que qualquer autorização nesse sentido será obtida ou qualquer previsão com relação ao prazo para sua obtenção, o que poderá prejudicar as atividades da Classe.

vi) **As Sociedades Alvo estão sujeitas à Lei Anticorrupção brasileira:** As Sociedades Alvo estão sujeitas à legislação anticorrupção brasileira, que possui sanções severas e pode fundamentar investigações e processos diversos, nos âmbitos administrativo, cível e criminal, contra pessoas físicas e jurídicas, a depender do caso. Além de outras leis já existentes e aplicáveis a atos de corrupção, a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014, instituindo a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de determinados atos lesivos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Isso significa que, caso ocorram os atos ilícitos previstos por essa lei, no interesse ou benefício das Sociedades Alvo, essas pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas independentemente de culpa ou dolo, ainda que tais atos tenham sido realizados sem a autorização ou conhecimento de seus gestores.

vii) **Risco de Coinvestimento**: o Fundo poderá coinvestir com outros fundos e/ou veículos geridos/administrados ou não por Afiliadas do Administrador e/ou do Gestor, os quais poderão ter participações maiores que as da Classe nas Sociedades Alvo, e em decorrência, maior participação no processo de governança dessas Sociedades Alvo. Nesses casos, a Classe, na posição de acionista minoritário, estará sujeito significativamente aos atos de governança dos membros da gestão, conselho de administração e/ou comitês de governança não indicados pela Classe, e cujos interesses podem, por vezes, estar em conflito com os interesses da Classe. O coinvestimento envolve riscos adicionais que podem não estar presentes em investimentos onde um coinvestidor não está envolvido, incluindo a possibilidade de que um coinvestidor ou coinvestidores venham a tomar decisões (sozinho ou em bloco) ou tenham interesses ou objetivos que são diferentes daqueles da Classe, inclusive devido a dificuldades financeiras ou outras formas de conduta que afetem o seu comportamento, resultando em um impacto negativo sobre tal investimento. Não há garantia de que direitos usualmente oferecidos a acionistas minoritários estarão disponíveis para a Classe com relação a qualquer investimento, ou que tais direitos irão proporcionar proteção suficiente dos interesses da Classe.

Risco de Liquidez

i) **Liquidez reduzida:** as aplicações da Classe em Ativos Alvo apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que poderá não existir mercado secundário com liquidez para tais Ativos Alvo. Caso a Classe precise vender

os Ativos Alvo emitidos pelas Sociedades Alvo, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio da Classe e, consequentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos Cotistas.

ii) **Riscos relacionados à amortização/resgate de Cotas:** em caso de dificuldade na alienação dos ativos integrantes da carteira da Classe ou devido à decisão do Gestor de reinvestir. A Classe está exposto a determinados riscos inerentes aos Ativos Alvo e aos Ativos Financeiros integrantes de sua carteira e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventualidade de o Gestor não conseguir alienar os respectivos ativos quando tiver interesse para fins de realização do pagamento de amortização ou resgate de Cotas ou qualquer outra forma de distribuição de resultados da Classe. Nas hipóteses em que as Cotas sejam amortizadas ou resgatadas mediante a entrega de Ativos Alvo e/ou Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar os Ativos Alvo e/ou Ativos Financeiros eventualmente recebidos da Classe. Ainda, o Gestor poderá decidir reinvestir os valores decorrentes de alienação dos Ativos Alvo, não realizando a amortização ou resgate das Cotas.

iii) **Risco de restrições inerentes à negociação**: determinados ativos componentes da carteira da Classe, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderão ser prejudicadas. Ademais, os Ativos Alvo das Sociedades Alvo poderão estar sujeitos a restrições à negociação estabelecidas nos acordos, contratos e demais documentos a eles aplicáveis ou a eles relativos.

iv) **Liquidez reduzida das Cotas**: a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações no mercado secundário envolvendo cotas de fundos fechados indica que as Cotas da Classe poderão apresentar baixa liquidez para negociação. Tendo em vista a natureza de fundo fechado, não será permitido ao Cotista solicitar o resgate de suas Cotas, exceto no caso de liquidação da Classe. A baixa liquidez das Cotas poderá apresentar dificuldades quando de sua negociação pelos Cotistas. Além disso, os Cotistas somente poderão negociar as Cotas com investidores qualificados, o que pode dificultar a venda das Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista. Não há qualquer garantia do Administrador, do Gestor ou do Custodiante em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário ou ao preço obtido por elas, ou mesmo garantia de saída ao Cotista.

v) **Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros e risco de mercado::** a precificação dos Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de Ativos Financeiros, tais como os de marcação a mercado (mark-to-market) poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira da Classe, podendo resultar em redução no valor das Cotas da Classe. Ainda, há risco de

flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da Classe, em razão de diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

7. Instrumentos financeiras derivativos

É vedada à Classe a realização de quaisquer operações com derivativos, exceto: (a) quando as operações no mercado de derivativos não resultarem em exposição superior ao Patrimônio Líquido; e (b) se realizadas nas seguintes hipóteses: (A) exclusivamente para fins de proteção patrimonial da Classe; ou (B) envolverem opções de compra ou venda de ações das Sociedades Alvo que integrem a carteira da Classe com o propósito de: (x) ajustar o preço de aquisição de Sociedades Alvo investida pela Classe com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou (y) alienar as ações de Sociedades Alvo investida no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Em 30 de novembro de 2025 e 2024, o Fundo não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía tais ativos na data base.

8. Classes de cotas, emissão e amortização

As Cotas da Classe corresponderão a frações ideais de seu patrimônio e terão a forma nominativa, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos conforme respectiva subclasse.

O patrimônio da Classe será representado por 10 subclasses.

- Cotas Subclasse A;
- Cotas Subclasse B;
- Cotas Subclasse C;
- Cotas Subclasse D;
- Cotas Subclasse E;
- Cotas Subclasse F;
- Cotas Subclasse G;
- Cotas Subclasse H;
- Cotas Subclasse I; e
- Cotas Subclasse J.

As Cotas da Classe corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, terão forma nominativa e escritural, conferindo aos seus titulares os mesmos direitos e obrigações, incluindo o direito de comparecer e votar nas Assembleias de Cotistas, ressalvadas as hipóteses de impedimento e/ou suspensão de direitos de voto previstas no Regulamento.

Emissões

A Primeira Emissão, incluindo o montante e demais características, foi aprovada no ato de constituição do Fundo.

Após a Primeira Emissão, eventuais novas emissões de Cotas somente poderão ocorrer mediante aprovação da Assembleia Especial de Cotistas, sem limitação de valor, e que deverá definir as características, prazos e valores das novas Cotas, nos termos da regulamentação vigente.

O preço de Emissão das Cotas objeto da nova Emissão deverá ser fixado com base: (i) no valor patrimonial das Cotas, representado pelo quociente entre o valor do Patrimônio Líquido atualizado da Classe e o número de Cotas emitidas, apurado em data a ser fixada no respectivo instrumento de aprovação da nova Emissão; (ii) nas perspectivas de rentabilidade da Classe; ou (iii) no valor de mercado das Cotas já emitidas, quando admitidas em mercado de bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado. Em caso de Emissões aprovadas em Assembleia Especial de Cotistas, o preço de emissão de novas Cotas poderá ser fixado com base nas três alternativas descritas acima ou, ainda, com base em outro critério aprovado pela Assembleia Especial de Cotistas, conforme recomendação do Gestor.

As Cotas poderão ser integralizadas à vista ou mediante Chamadas de Capital, em moeda corrente nacional conforme estipulado no ato que aprovar a respectiva Emissão de Cotas, observadas as condições estabelecidas os respectivos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento, conforme o caso.

Durante o exercício findo em 30 de novembro de 2025, não foram integralizadas novas cotas (2024 - 292.466.226,6800 novas cotas, mediante aportes financeiros no montante total de R$ 292.466).

	30/11/2025		30/11/2024	
Emissão de Cotas	R$ Mil	Quantidade	R$ Mil	Quantidade
Cotas Subclasse C	-	-	1.652	1.651.638,8600
Cotas Subclasse G	-	-	61.551	61.550.678,0400
Cotas Subclasse H	-	-	35.060	35.059.981,5700
Cotas Subclasse I	-	-	48.151	48.151.299,2500
Cotas Subclasse J	-	-	146.053	146.052.628,9600
Total	-	-	292.466	292.466.226,6800

Amortizações

Qualquer distribuição dos recursos financeiros líquidos da Classe para os Cotistas ocorrerá somente por meio da amortização integral ou parcial das suas Cotas, observadas as disposições do Regulamento e do Suplemento referente a cada Emissão de Cotas. Qualquer amortização e distribuição de recursos financeiros líquidos deverá ser realizada de forma pro rata para todos os Cotistas.

Durante o exercício findo em 30 de novembro de 2025, foram realizadas amortizações de cotas no montante de R$ 938.128 (2024 - R$ 478.401). A amortização da subclasse I no valor de R$ 35.159, ocorreu mediante ao aumento das debêntures.

Amortização de Cotas	30/11/2025 R$ Mil	30/11/2024 R$ Mil
Cotas Subclasse A	-	414.306
Cotas Subclasse D	670.075	-
Cotas Subclasse E	85.387	-
Cotas Subclasse F	90.088	-
Cotas Subclasse G	54.920	18.806
Cotas Subclasse H	-	43.198
Cotas Subclasse I	35.159	-
Cotas Subclasse J	2.499	2.091
Total	938.128	478.401

Resgates

Não haverá resgate de Cotas, exceto quando do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo.

Durante os exercícios findos em 30 de novembro de 2025 e 2024, não houve resgate de cotas.

9. Remuneração da Administração

Taxa de Administração

Em decorrência da prestação dos serviços prestados pelo Administrador, a taxa de administração será cobrada no montante de 0,12% ao ano, apropriada diariamente e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês que se refere, incidente sobre o patrimônio líquido da classe, rateada entre os prestadores de serviços da classe, observada a remuneração mínima mensal de R$ 4, a ser corrigida anualmente, em janeiro de cada ano, pela variação positiva do IGP-M, ou por índice distinto de correção monetária, desde que o valor seja inferior à correção pelo IGP-M, sendo certo que a taxa de administração não poderá ser aumentada sem prévia aprovação da Assembleia de Cotistas, mas pode ser reduzida unilateralmente pelo Administrador.

A taxa de administração será calculada à base de 1/252, sendo apropriadas por dia útil, como despesas do Fundo e pagas mensalmente, até o 1º dia útil do mês subsequente.

Durante o exercício findo em 30 de novembro de 2025, foi registrada a importância de R$ 502 (2024 – R$ 1.392) a título de taxa de administração, apresentada nas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes em “Despesa de Taxa de Administração”. O saldo a pagar à Administradora em 30 de novembro de 2025 é de R$ 30 (2024 - R$ 109).

Pelos serviços de custódia dos ativos financeiros e valores mobiliários e tesouraria da carteira da Classe, o Custodiante fará jus a uma remuneração anual máxima de 0,01% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido da classe, excetuadas as despesas relativas à liquidação, registro e custódia das operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais devidas pela Classe.

Taxa de Ingresso, Saída e Performance

Não haverá cobrança de taxa de performance ou taxa de ingresso e de saída dos Cotistas.

10. Encargos

As despesas debitadas a Classe em relação ao patrimônio líquido médio estão demonstradas como segue:

	2025		2024	
Encargos	**R$ Mil**	**%**	**R$ Mil**	**%**
Despesa de taxa de administração	502	0,14%	1.392	0,12%
Despesa de consultoria jurídica	69	0,02%	941	0,08%
Despesas de consultoria e auditoria	655	0,18%	46	0,00%
Despesas de taxa de custódia	43	0,01%	168	0,01%
Despesas de taxa de fiscalização - CVM	84	0,02%	104	0,01%
Outros	-	-	7	0,00%
Total	1.353	0,37%	2.658	0,23%
PL médio do período/exercício	370.264		1.161.921	

11. Rentabilidade

A rentabilidade proporcionada pela Classe e o valor nominal da cota no encerramento do período está demonstrada como segue:

	Evolução do valor da cota e da rentabilidade - Cotas Subclasse B	
Período	**Valor da cota - R$**	**Rentabilidade - %**
30/11/2025	1,4345	0,02%
30/11/2024	1,4342	35,16%

Evolução do valor da cota e da rentabilidade - Cotas Subclasse C

Período	Valor da cota - R$	Rentabilidade - %
30/11/2025	0,6610	983,65%
30/11/2024	0,0610	-95,64%

Evolução do valor da cota e da rentabilidade - Cotas Subclasse G

Período	Valor da cota - R$	Rentabilidade - %
30/11/2025	0,0009	-99,91%
30/11/2024	1,0342	3,42%

Evolução do valor da cota e da rentabilidade - Cotas Subclasse H

Período	Valor da cota - R$	Rentabilidade - %
30/11/2025	0,0000	-99,99%
30/11/2024	0,0012	-99,88%

Evolução do valor da cota e da rentabilidade - Cotas Subclasse I

Período	Valor da cota - R$	Rentabilidade - %
30/11/2025	0,5699	-45,98%
30/11/2024	1,0550	5,50%

	Evolução do valor da cota e da rentabilidade - Cotas Subclasse J	
Período	**Valor da cota - R$**	**Rentabilidade - %**
30/11/2025	1,3090	8,47%
30/11/2024	1,2068	20,68%

(*) Valor da cota e rentabilidade calculados com base no último dia útil do mês, liquidos dos efeitos de amortizações.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

12. Tributação

Conforme disposto nos artigos 24 da Lei Nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 (“Lei Nº 14.754/2023”) e 2º da Lei Nº 11.312, de 27 de junho de 2006, como regra, os cotistas de Fundo de Investimento em Participações estão sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda, incidentes sobre a diferença positiva entre o valor resgatado, amortizado ou alienado de cotas e o respectivo custo de aquisição das cotas.

Por sua vez, o artigo 26 da Lei Nº 14.754/2023 determina a tributação periódica, no último dia útil dos meses de maio e novembro (“Tributação Periódica”), de cotistas de FIP que não seja classificado como “entidade de investimento” nos termos da regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), resguardando o ganho ou a perda da avaliação dos ativos que estejam evidenciados em subconta nas demonstrações contábeis do fundo.

A Administração, com base nas definições trazidas pela nova regulamentação, especialmente a Resolução CMN n° 5.111, de 21 de dezembro de 2023, analisou e classificou o Fundo como “Entidade de Investimento”, motivo pelo qual não há Tributação Periódica.

13. Custódia dos ativos integrantes da carteira

As debêntures de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado são registradas nas respectivas companhias.

As cotas de fundos de investimento são escriturais e seu controle é mantido pelos administradores.

14. Serviços de gestão, custódia, tesouraria e outros serviços contratados

A Administradora contratou para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos as seguintes instituições:

Descrição	Prestador do Serviço
Gestão da carteira	Lumina Capital Management Ltda.
Distribuição, liquidação custódia e tesouraria	Banco BTG Pactual S.A.
Controladoria	BTG Pactual Servicos Financeiros S.A. DTVM

15. Informações adicionais

a) Resolução CVM nº 162 de 13 de julho de 2022

Em atendimento a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Administradora informa que o Fundo, no período findo em 30 de novembro de 2025, contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo, a referida empresa, prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo.

É adotada como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender as regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência, inclusive com os princípios internacionais, os quais incluem, dentre outros, os seguintes: (a) O auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) O auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) O auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que os mesmos não afetem as regras de independência estabelecidas.

b) Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos Cotistas, quer desses contra a Administração do Fundo.

c) Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias relativas ao Fundo estão disponíveis na sede da Administradora assim como junto à Comissão de Valores Mobiliário (“CVM”).

d) Partes relacionadas

O Fundo não possui transações com partes relacionadas no exercício, exceto divulgado nas notas explicativas nº 4, 9 e 14.

e) Atos societários

Em Ata da Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 06 de junho de 2025, foram aprovadas:

- Adaptação do regulamento da Classe para Anexo Normativo IV da Resolução CVM nº 175/22;

- A instituição da responsabilidade limitada dos cotistas da Classe Única, de acordo com o previsto na Resolução 175 e no Capítulo 2 do Anexo I "Responsabilidade dos Cotistas e Regime de Insolvência";

- Em razão da adaptação supracitada, e da constituição da Classe Única e da instituição do regime de responsabilidade limitada aos Cotistas, a alteração da denominação do Fundo, a qual passará a ser "LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE Responsabilidade Limitada", e a denominação da Classe Única, a qual será "Classe Única do LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE Responsabilidade Limitada"

- A reforma integral e consolidação do regulamento do Fundo, passando a vigorar na forma do novo regulamento.

f) Eventos subsequentes

Em dezembro de 2025, o Fundo recebeu R$ 28.011 referente a liquidação total da debêntures Opea Securitizadora S.A.

Em 02 de janeiro de 2026, através da Assembleia Especial de Cotistas foi aprovado a nova emissão de cotas pela Classe, no montante total de emissão de até R$ 100.000 composta por até 100.000 de cotas da Subclasse B e/ou cotas da Subclasse C e/ou cotas da Subclasse G e/ou cotas da Subclasse H e/ou cotas da Subclasse I e/ou cotas da Subclasse J, todas com valor nominal unitário de emissão de R$ 1,00 (um real). A subscrição ou aquisição das Cotas, deverão ser realizadas no prazo máximo de 180 dias.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras o Fundo recebeu R$ 9.353 o referente debêntures da Kora Saúde Participações S.A.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras o Fundo realizou amortização de cotistas no montante total de R$ 34.097.

* * *

Gustavo Cotta Piersanti	Larissa Santos da Silva
Diretor	Contadora
CPF: 016.697.087-56	CRC: 1SP-347101/O-1